



Esboços: histórias em contextos globais
ISSN: 2175-7976
esbocos@contato.ufsc.br
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Bentivoglio, Julio
O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas
Esboços: histórias em contextos globais, vol. 27,
núm. 46, 2020, Septiembre-Diciembre, pp. 390-404
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e73090>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594068829004>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

O FUTURO DAS UTOPIAS E DAS DISTOPIAS EM TEMPOS PRESENTISTAS

The future of utopias and dystopias in presentist times

Julio Bentivoglio^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7424-8733>
E-mail: julio.bentivoglio@gmail.com

^a Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais,
Departamento de História, Vitória, ES, Brasil

DEBATE

Antropoceno, utopia e distopia

RESUMO

Neste texto procuro responder a algumas inquietações suscitadas pelo artigo de Patrícia Vieira sobre o lugar das utopias e das distopias no mundo contemporâneo. Sublinho a necessidade de se pensar estas categorias históricas a partir dos problemas da consciência histórica e da temporalidade na perspectiva de Reinhart Koselleck a fim de localizar conteúdos e sentidos emanados a partir daquelas representações temporais. Com Hayden White sugiro a utilidade de se avaliar os vínculos entre a imaginação histórica e a criação textual, a fim de conectar o sentido dos textos e as expectativas sociais. Por fim, mobilizo o conceito de presentismo e a ideia de fechamento do futuro para tentar compreender essa experiência temporal particular deste início do milênio com a expansão das distopias e a permanência de antigas e novas utopias.

PALAVRAS-CHAVE

Utopia. Distopia. Presentismo.

ABSTRACT

In this article, I try to answer some concerns raised by Patrícia Vieira's article about the place of utopias and dystopias in the contemporary world. I underline the need to think of these historical categories based on the problems of historical consciousness and temporality from the perspective of Reinhart Koselleck, in order to locate contents and meanings emanating from these temporal representations. With Hayden White, I suggest the usefulness of evaluating the links between historical imagination and textual creation to connect the meaning of texts and social expectations. Finally, mobilizing the concept of presentism and the idea of closing the future, I try to understand this particular temporal experience of the beginning of millennium with the expansion of dystopias and the permanence of old and new utopias.

KEYWORDS

Utopia. Dystopia. Presentism.

Talvez não exista nenhuma discussão mais premente neste início de milênio que analisar o lugar das utopias e das distopias no imaginário e no pensamento contemporâneos. Compreendê-las em uma época de relativismo e incertezas implica reconhecer o modo como a humanidade significa e representa suas experiências numa perspectiva temporal, projetando-se no passado e no futuro para dotar de sentido o tempo.¹ Alguns teóricos em manifesta adesão apocalíptica julgam que experimentamos um momento particular de recusa do amanhã e de temor diante dos rumos da trajetória humana na Terra que provoca uma interdição do futuro (GUMBRECHT, 2010; HARTOG, 2014) que se manifesta na expansão do presente e na profusão de narrativas distópicas em detrimento das utopias (BENTIVOGLIO, 2017, p. 66). Descrença, crítica e incredulidade seriam sintomas dessa grande era de incerteza que se amplia contaminando o imaginário social coletivo.²

Compreender o modo como a consciência histórica humana significa e expressa a existência temporal é algo decisivo para que se possa entender as narrativas produzidas pelas sociedades em diferentes épocas e lugares (KOSELLECK, 2006). Eivadas de esperança ou revestidas de advertências e receios, não há como evitar a presença de elementos utópicos ou distópicos no pensamento e nas representações humanas. Mas a questão é: estariamos diante de uma inevitável falência das utopias e do pensamento utópico em geral?

Patrícia Vieira, professora do Departamento de Espanhol e Português da Georgetown University, conferiu uma importante contribuição neste sentido em seu texto *Utopia e distopia na Era do Antropoceno*, que repto obrigatorio para todos aqueles que se dedicam a examinar este problema nas Ciências Humanas e na produção artística recente. Nele aquela autora discorre sobre as complexas relações entre utopia e distopia, modernidade e pós-modernidade, sobre a crise do ideário utópico e a emergência do pensamento antimoderno, sobre o crescimento das distopias no presente. Ela toma a trilogia recente de Margaret Atwood (2013), *MaddAddam*, como objeto de reflexão – identificada na possibilidade de extinção da humanidade sob a ameaça de um colapso ambiental.

Professora associada desde 2008 na Georgetown University e docente no Programa de Literatura Comparada e de Estudos de Cinema e Mídia, Patrícia Vieira tem desenvolvido pesquisas voltadas para a literatura e o cinema brasileiros, além de estudos latino-americanos e ambientais publicou vários livros como *States of Grace: Utopia in Brazilian Culture* (2018); *Portuguese Cinema 1930-1960: The Staging of the New State Regimen* (2013); *Seeing Politics Otherwise: Vision in Latin American and Iberian Fiction* (2011) e *Cinema no Estado Novo: A Encenação do Regime* (2011). Neles a autora demonstra sua enorme capacidade analítica diante de questões complexas acerca da representação estética no cinema e na literatura e suas implicações sócio-políticas. Neste comentário procurarei, a partir das considerações dela sobre utopia e distopia, levantar alguns pontos para uma rápida discussão.

¹ Produzi alguma reflexão neste sentido em Bentivoglio (2017). Recomendo ainda o estudo de Thiago Vieira de Brito (2017).

² Patrícia Vieira não se detém na explicitação do conceito de imaginação distópica. Em relação ao imaginário, remeto, particularmente, à definição de Bronislaw Baczko (1985) e, mais adiante, à contribuição de Hayden White (1995) que, embora seja anterior a Baczko, faz uma ponte entre a escrita e esse imaginário social, responsável por alimentar a imaginação histórica.

Em primeiro lugar destaco o que talvez seja um aspecto importante, que é considerar a presença de um fundamento religioso latente em muitos textos utópicos ou distópicos da literatura ocidental, tal como identificado por diferentes autores e também por Patrícia Vieira. Exemplo disso surgem desde as narrativas bíblicas da tradição cristã, na qual existem livros como o *Apocalipse*, de São João com seu teor profundamente distópico, ao lado de outros bastante utópicos, como na estória de Davi e Golias, no qual o bem vence o mal. Nada muito diferente daquilo que se encontra em muitos relatos greco-romanos, nos quais presente, passado e futuro são pensados a partir de momentos e espaços paradisíacos desejados ou perdidos, e estados ou tempos de sofrimento nos quais a fatalidade é inevitável ou seria superada somente com o auxílio de deuses *ex-machina* ou heróis trágicos engenhosos. Da Idade Média para cá esse teor religioso não cessaria de aparecer na literatura utópica moderna ou na literatura distópica pós-moderna da qual Patrícia Vieira toma como exemplo a obra de Margaret Atwood. Assim, dizer que a modernidade superaria o pensamento mágico ou religioso e seus imaginários – como por exemplo de céu e inferno – seria um equívoco. Ou ainda que tanto o pensamento antimoderno quanto o pós-moderno não conteriam dentro deles elementos de ordem religiosa ou utópicos.

Em segundo lugar acompanho a autora, reconhecendo a dificuldade de se estabelecerem fronteiras semânticas ou conceituais precisas entre utopia e distopia. De fato, interpretar o conteúdo de textos utópicos ou distópicos conduz, invariavelmente, a reconhecer que diferentes objetos ou temas podem ser tomados de formas inteiramente diversas ou ambíguas no tempo e no espaço, de modo que um mesmo artefato literário pode ser considerado utópico por uns e distópico por outros (VIEIRA, 2020; GORDIN; TILLEY; PRAKASH, 2010). Ou seja, uma mesma narrativa pode ser lida com prazer e admiração, provocando expectativas positivas em determinados leitores, enquanto pode ser apreendida com rejeição e tristeza por outros. Em outras palavras, não é possível dizer que utopia ou distopia remetam exclusivamente a leituras pessimistas ou otimistas do mundo e da sociedade, afinal seu sentido deve ser buscado na historicidade e na compreensão marcada pela consciência histórica dos sujeitos envolvidos que as escrevem e que as leem. Patrícia Vieira demonstra como a utopia marxista, por exemplo, pode ser vista como um pesadelo distópico para determinados grupos sociais e como um utópico futuro dourado para outros, tanto em seu tempo como nos dias que se seguiram à sua criação. Isso nos conduz a um aspecto essencial: talvez somente uma análise de ordem histórica, que parte da historicidade dos textos, de sua produção, da consciência histórica dos sujeitos que os redigem e que os recebem seja capaz de iluminar o debate em torno da relação entre utopias e distopias no tempo.

Seguramente outras ferramentas analíticas poderiam ser invocadas para compreender melhor gradientes semânticos do par utopia/distopia. Porque embora toda narrativa tenha uma temporalidade e uma semântica explícitas ou implícitas que são resultado de um processo de escrita/planejamento destinado a um leitor ou um conjunto de leitores, ela também é o resultado de operações sublunares, de estruturas arquetípicas de argumentação que se encontram quase invisíveis na elaboração textual e nem sempre são conscientes por parte dos autores. Isso porque derivam de urdiduras de enredo que se prendem a uma imaginação histórica que as informa, determinando parte sensível de seu conteúdo e de sua forma (WHITE, 1995, p. 33). Compreender este fundamento no ato de escrever e as operações envolvidas nas práticas de leitura e de recepção permitem compreender os jogos que envolvem a produção de sentidos e o modo como são recebidas. Tentarei desenvolver essa questão adiante.

NO INÍCIO ERA O TEMPO DO SAGRADO

Desde as origens os textos guardam íntima relação com a temporalidade, entendida aqui como o sentido ou a finalidade que visa alcançar mediante sua leitura no presente e no futuro pelos leitores aos quais foram destinados. São um artefato temporal e literário, eivado de historicidade e de estruturas arquetípicas de elaboração de enredo que permitem sua legibilidade ou compreensão (WHITE, 1996). Escrever foi sempre uma forma e uma tentativa de ligar palavras e coisas, pessoas, enunciado e sentido, real e supra-real (FOUCAULT, 2000). Ficcionar é uma tentativa de religar mundo e texto mediante o uso do pensamento e das palavras, criando novas realidades, mágicas, sobrenaturais. Ou seja, desde a Antiguidade escrever é ato diretamente associado ao sagrado. Tanto o pensamento quanto as palavras ao tentarem entender, se aproximar ou representar o mundo, o faziam pela via divina ou sobrenatural. As palavras seriam essa ponte mágica ligando o mundo humano com o mundo invisível, logo divino.

O desejo de conhecer estava inevitavelmente relacionado com o crer – e escrever era uma utopia possível somente pela via do sagrado, que era a instância vista como única capaz de permitir o conhecimento. Assim, desde seu surgimento, a escrita é uma utopia messiânica que procura salvar informações e revelar o mundo, traduzindo-o por meio das palavras. O otimismo e a confiança que delas emanavam, se misturavam com a autoridade (divina) que as referendava. Talvez seja por isso que se torne impossível pensarmos em distopias *avant la lettre* (ou ainda como um gênero) na Antiguidade (ver VIEIRA, 2020, p. 352). Afinal, somente quando o vínculo entre as palavras e as coisas se rompeu, com Nietzsche e, em especial a partir do pós-estruturalismo e da virada linguística, é que se criou a oportunidade para que o distópico irrompesse entre os escritores de uma forma mais sistemática. Paula Vieira está correta ao cogitar que as distopias não poderiam existir na Antiguidade, pelo menos como um gênero narrativo particular, ou com a acepção que o conceito teve ao longo do século XX e no início do século XXI. A retração do caráter sagrado que ligava palavras e coisas resultou, não por acaso, na expansão da dúvida, do relativismo e da razão tecnicista predominantes em muitas ficções distópicas contemporâneas.

Se acompanhamos o programa koselleckiano da história conceitual, é forçoso reconhecer que distopia deve abarcar uma gama complexa e variada de acepções desde sua criação até seu uso recente em produções artísticas, cinematográficas e literárias. Mas Patrícia Vieira não parte da questão dos gêneros narrativos ou da história conceitual para pensar o problema, algo que talvez fosse bastante útil. Antes do século XIX existem termos similares ou palavras diversas usadas para identificar relatos de pessimismo e crítica, expressando e se conectando a um imaginário social particular marcado pela negatividade.

O gênero distopia, como um desdobramento dos textos de ficção científica, só ganharia o significado atual de forma mais contundente a partir dos anos 1970. A trajetória do conceito em diferentes conjunturas históricas e contextos sociais sinaliza uma mudança significativa do mundo e do pensamento que abriram espaço para novas formas de imaginação social, dissonantes do pensamento moderno. As utopias modernas ambientavam suas histórias num presente futurista e invariavelmente faziam uma crítica da sociedade nas quais eram produzidas, exagerando ou expressando alguns traços do real, comparando-os com a ficção. Ou seja, não há como desvincular as experiências

históricas vividas num dado momento com essas ficções que projetam ou emulam em suas narrativas uma temporalidade imaginada (KOSELLECK, 2006, p. 313).

Será que as utopias de Morus ou de Campanella seriam bem-vindas para os leitores atuais? De fato, provavelmente muitos de nós poderíamos enxergar traços distópicos naquelas projeções de sociedades utópicas que foram imaginadas no alvorecer da modernidade. Não seria muito diferente para as utopias do século XIX, quando surgiram as primeiras fissuras no ideário da modernidade. Expectativas, sonhos, valores ou interesses mudam com o tempo, mas mudam também em função das experiências dos sujeitos históricos envolvidos no modo como leem a realidade ou a projetam no tempo. Talvez o problema da consciência histórica nos ajude a compreender este aspecto, pois, diferentes configurações de espaços de experiência e horizontes de expectativa, tanto quanto características do mundo e da época em que se vive – sobretudo quando pensamos na velocidade das transformações históricas, tecnológicas ou científicas – estão submetidos a uma dinâmica social que articula visões de mundo constituindo imaginários sociais distintos, que somente podem ser compreendidos na perspectiva da temporalidade (KOSELLECK, 2006, p. 307; BENTIVOGLIO, 2017, p. 95). Assim, o que poderia ser um projeto otimista de futuro nos séculos XVI ou XVII, construído a partir de experiências vividas naquele tempo, dificilmente iria coincidir ou expressar as expectativas existentes em séculos posteriores ainda que, por conta da tradição ou de experiências compartilhadas ou mantidas, pudessem preservar alguns de seus traços. Koselleck nos indica que é a experiência que informa em grande medida as expectativas, embora possam surgir momentos de ruptura radical, como foi o caso do surgimento da própria modernidade, quando ocorreu um afastamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas existentes (KOSELLECK, 2006, p. 314) – fenômeno que pode ser identificado, por exemplo, na querela entre antigos e modernos na França, nos Países Baixos e alguns Estados germânicos. Ali novos futuros foram projetados, a maior parte deles sem apelar para experiências já vividas, momento em que irrompe a ânsia pelo novo e pela novidade, que passaram a ser buscados com o auxílio do desejo, do sonho e da fantasia.

Como aponta Patrícia Vieira, distopia não deveria ser, jamais, pensada como um antônimo ou uma antítese de utopia (VIEIRA, 2020, p. 353; CLAEYS, 2017). Eu diria que ambas são *não lugares*, exercícios de crítica e de imaginação sobre o passado, o presente e o futuro que se deslocam da temporalidade, posto que se referem a tempos imaginários ou a um tempo suspenso, visitado pela imaginação dos leitores (RICOEUR, 2012). Atualmente há gradientes temporais que tornam essa questão mais complexa, afinal, há utopias passadistas e distopias retratadas em mundos ou épocas que não existem mais e que não necessariamente se projetam ou tratam de eventos localizados no futuro. Este é um traço fundamental acerca da historicidade do problema e daqueles conceitos, que, nos usos e nas leituras sociais em torno de si, inauguram uma sensível mudança em suas cargas semântica e temporal. Não projetar no futuro expectativas utópicas ou distópicas, mas retratá-las no presente ou no passado é algo novo. Exatamente por conta disso, recomendo considerar a distopia, nos dias que correm, como um *deslugar* – com uma temporalidade em deslocamento, diferentemente da utopia que, invariavelmente, ocorre em uma temporalidade localizada no interstício entre o presente e o futuro (BENTIVOGLIO, 2017, p. 22). Segundo nessa direção, acredito que a distopia, do ponto de vista temporal, é muito mais flexível, abarcando totalidades de presente-passado-futuro em configurações bastante variadas. Ademais,

deve-se sublinhar que as utopias não constituíram um gênero literário específico, ao contrário das distopias.

Mas, por que as distopias conseguem ter essa maleabilidade ao projetar e representar passados, presentes e futuros distópicos? Meu palpite é o de que isso ocorre por conta de um sintoma mais geral ou uma atmosfera que marca nosso tempo: o presentismo. É como se o passado não tivesse mais lições a dar e que o presente tenha se tornado capaz de apresentar todas as novidades ou de resolver todas as expectativas que antes se projetavam em um futuro incerto e remoto (GUMBRECHT, 1999, p. 326). Este sintoma, de um presente que engloba passado e futuro tornando-se um presente amplo constitui um fenômeno novo, o presentismo segundo François Hartog (2014). Ambos concordam ainda que outra característica dessa nova sensibilidade e dessa nova experiência temporal é o fechamento ou o medo do futuro. Assim, nesta virada de séculos e início de novo milênio vivemos um presente amplo que tiraniza a experiência temporal (HARTOG, 2014, p. 37). Um presente amplo que se apodera do passado e do futuro e que constitui uma nova experiência temporal, que se coaduna com representações sociais e políticas distópicas. Isso explica, pelo menos em parte, as dificuldades vividas pelas utopias. Desnudar os vínculos entre a experiência temporal humana e as representações distópicas ficcionais contemporâneas revela bastante das vicissitudes e do espírito de nosso tempo.

Como é possível depreender de leituras ou filmes, as utopias invariavelmente se pareciam com reinos dourados destinados a eleitos ou a sortudos. Em um golpe de sorte, de repente, você estava lá. Já as distopias costumam representar um destino trágico compartilhado por todos de maneira mais ampla e extensiva. Como reconhece Patrícia Vieira, utopia é sempre identificada a perfectibilidade, ao sonho e à fantasia. Já a distopia é sempre associada a um tipo de alerta, de degradação, ou de pesadelo. As utopias, ao imaginarem mundos ideais criticam, nas entrelinhas, o mundo presente (ou atual, aquele em que o autor vive); as distopias, por seu turno, ao imaginarem mundos decaídos criticam abertamente o mundo real (e não exatamente o atual ou o em que se vive – afinal a ameaça, ou as ameaças podem ser projetadas tanto a passados quanto a futuros recentes ou distantes).³ As utopias parecem revelar sociedades extáticas e perfeitas que não requerem aperfeiçoamento, já as distopias apresentam mundos perversos em um estágio ruim que requerem mais que uma simples transformação para não se manterem imobilizados. Embora sinalizem para imagens de permanência ou duração, distopias e utopias projetam expectativas de mudança. Ou seja, somente ações radicais ou revolucionárias seriam capazes de produzir um futuro melhor, rompendo o imobilismo tirânico do tempo, da tecnologia ou das estruturas político-sociais. Nas utopias a resolução está acabada e se dá no futuro. Lá não existe mais o desejo de mudança. Nas distopias esse tempo suspenso pode estar no presente, no passado ou no futuro, e ele deveria ser rompido a qualquer custo.

As utopias parecem sempre partir de imagens idílicas ou romanceadas e flertam com a comédia, descrevendo lugares que são melhores do que aqueles onde se vive com os quais é preciso se envolver e entrar em concordância. As distopias flertam com a tragédia, ao assinalar que vivemos em mundos piores, que rechaçamos, e dos

³ Filmes como *Aliens & Cowboys* ou *John Carter entre dois mundos*, séries como *Westworld* ou livros como *Complô na América* são evidências nesta direção.

quais parece não haver escapatória.⁴ Como aponta Tom Moylan (2000, p. 147), alguns textos distópicos não têm nenhuma esperança, são niilistas e céticos. Outros guardam dentro de si um germe utópico, uma centelha de esperança. Patrícia Vieira classifica esses dois tipos de distopias de positivas (em que o futuro está aberto) e negativas (em que não há mudança possível). Com isso, ensaio uma resposta ao título deste texto, afinal, as utopias parecem não estar condenadas à morte em nosso momento presentista pós-moderno. Há nessa atmosfera distópica que alimenta um imaginário cético e pessimista espaços para a manutenção do otimismo e da convicção.

A autora oferece uma resposta bastante plausível sobre o porquê de muitas sociedades terem desenvolvido uma aparente antipatia pela utopia, levando artistas e escritores a preferirem o distopismo como um reflexo mais adequado de nossa época. Segundo ela, a crise das metanarrativas, a pós-modernidade e o relativismo alimentaram essa descrença. Eu agregaria outro ingrediente que é a ampliação de uma imaginação histórica pessimista. Não que a utopia ou o otimismo tenham acabado, mas eles perderam terreno cada vez mais para essa imaginação cética e pessimista. Ao lado dos excessos do imperialismo e de governos despóticos, a ameaça da guerra nuclear e a crise ambiental seriam algumas das chaves que iluminariam a compreensão deste olhar distópico contemporâneo (GUMBRECHT, 2010). Não por acaso uma chave de compreensão de sua análise é o lugar ocupado pelo Antropoceno em diversas interpretações. Mas há uma questão de fundo que informa esse cenário: o fechamento do futuro – como se a ação humana tivesse rompido os limites do aceitável, ética e tecnologicamente falando. E esse fechamento do futuro para alguns, colocaria um limite às utopias. Mas, não é exatamente isso que tem ocorrido.

Provavelmente, a rejeição das utopias poderia revelar a falência do projeto moderno ou iluminista responsável por muitos atos violentos contra grupos sociais e políticos no intuito de transformar o mundo para aquilo que julgavam ser melhor. Mas, sabemos que esse projeto não cessa de alimentar expectativas de futuro e que tampouco esgotou suas forças, sendo alimentado por muitos teóricos e pensadores no presente. De todo modo, ao tentar desencantar o mundo por meio do conhecimento, da tecnologia e da ciência, a modernidade manteve como adversário formas pré-modernas de pensamento, mágicas e religiosas. Ademais, vive-se no presente um constante reencantamento do mundo tanto do ponto de vista prático – na expansão de fiéis e religiosos – quanto do ponto de vista artístico – com enorme profusão de filmes, quadrinhos ou textos literários nos quais a presença da magia ou de divindades são constantes.

Amplos setores da sociedade, como os cristãos no passado ou os neopentecostais no presente, por exemplo, seguem alimentando o projeto utópico da redenção no futuro, sob um forte viés escatológico e não sob um viés científico como sugeria o pensamento moderno. Ao lado disto, movidos pela utopia liberal ou tecnológica, diversas sociedades ou grupos sociais contemporâneos ignoravam que esses projetos poderiam não resultar em ganhos expressivos ou em aperfeiçoamento para todos os extratos sociais. Ou ainda que poderiam resultar em experiências totalitárias. Não há dúvida, o modernismo foi responsável por engendrar o anti-modernismo, embora não tenha sido derrotado, *in totum*, por ele. Não obstante, experiências históricas negativas deram azo à dúvida e ao ceticismo, marcas instituidoras do relativismo triunfante desde o final da

⁴ Emulo aqui a estrutura tropológica de Hayden White (1995) e de Northrop Frye (2014) de uma forma mais livre.

Segunda Guerra Mundial. Afastar-se dos projetos utópicos – que se converteram em autoritários ou totalitários – foi uma forma de se criticar e se defender desses projetos. Nas palavras de Patrícia Vieira,

o utopismo não equivale necessariamente a um ideal transcendente e trans-histórico a ser alcançado incansavelmente, sacrificando quem e o que quer que seja no presente para o altar de um valor mais alto. Em vez disso, as utopias podem operar intra-historicamente, formando bolsões de resistência ou abrindo caminhos distantes do que seria uma política mais justa (VIEIRA, 2020, p. 354, tradução nossa).

Mesmo sabendo que nem todas as utopias levam inevitavelmente ao totalitarismo, a recusa do utopianismo é, sobretudo, uma resposta à crise das metanarrativas, mais que do que às crenças de perfectibilidade ou de progresso humano, diz Patrícia Vieira (2020, p. 355). O declínio das metanarrativas e a dificuldade de definir o que é uma boa sociedade expressam a crise e a retração da imaginação utópica ante a expansão da imaginação distópica, que ganhou maior espaço nas artes e na ficção. De algum modo, como aponta a autora, este refluxo da imaginação utópica seria também uma expressão do problema da crise de verdade pós-moderna.

Mas, há um tipo de utopia que parece atravessar essa temporalidade adversa e resistir: a religiosa. Ela prega que as sociedades vivem em um mundo distópico e mal e segue defendendo um futuro dourado de redenção. A questão é: por que esta metanarrativa não sofreu nenhum arranhão nos reveses da pós-modernidade? Talvez porque não tenha rompido com seu fundamento messiânico; cicatriz de origem de toda escrita, mãe da ficcionalidade. Em relação ao marxismo, provavelmente se dá algo semelhante, posto que seu *telos* é uma promessa igualmente messiânica de um paraíso de paz e perfectibilidade. A crença, em ambas, talvez seja um ingrediente fundamental para explicar seu otimismo e a manutenção de futuros abertos e desejados. A novidade, para Patrícia Vieira seria esse novo tipo de utopia, pós-humana, que defende a extinção da humanidade e a sobrevivência da Terra sob os auspícios de robôs futuristas.

SOB O IMPÉRIO DO TEXTO?

Muitas utopias, a partir de Morus, serão textos de crítica à modernidade e, logo depois, aos ideais do Iluminismo e à Revolução Francesa. Muitos autores expressavam essa crítica à sociedade moderna por meio de representações que negavam as ciências, a tecnologia ou o avanço de conquistas sociais, mostra Patrícia Vieira (2020, p. 355). Eu acrescentaria que a crise do Antigo Regime e a contestação de regimes hierárquicos e aristocráticos que criavam um abismo entre a nobreza e a sociedade serviram de matéria-prima para se pensar sociedades utópicas, procurando reforçar ainda mais as hierarquias e linhas de classe.

A crença na modernização como aperfeiçoamento social e como um processo de aprimoramento permanente das condições materiais da existência humana, alimentou projetos utópicos e uma defesa do conhecimento científico como um antídoto para o tudo que fosse ruim, antigo ou atrasado (KUMAR, 2013). E deles surgiram tanto projetos reformistas quanto aqueles que reivindicavam rupturas radicais. Mas também projetos de crítica que não viam como positiva essa defesa da perfectibilidade ou do

aperfeiçoamento progressivo. É como se os textos a partir de então começassem a querer dizer como o real *poderia* ser e não mais o que ele *era* – no sentido de serem tentativas de explicá-lo. Vem daí o embate entre modernos e antimodernos:

Para aqueles que defendem uma fé utópica na modernização, o problema da sociedade contemporânea está em uma modernidade incompleta, cuja promessa de organização sócio-política racional e progresso tecno-científico ainda não foi completamente cumprida. Pensadores anti-modernos, por outro lado, consideram esses mesmos desenvolvimentos como potencialmente levando ao desastre. Do ponto de vista do pensamento antimoderno, as distopias não são meros contos de advertência que destacam os excessos da modernidade. Pelo contrário, a própria modernidade é distópica e a utopia, nessa visão, equivaleria a um retiro para um modo de vida pré-moderno, bucólico, pastoral ou georgiano (VIEIRA, 2020, p. 355, tradução nossa).

Depois dos antimodernos, na segunda metade do século XX surgiram os chamados pós-modernos. Mas antimodernos não são pós-modernos. Nietzsche é antimoderno, Lyotard, não. De todo modo, ambos são distópicos e apontam os limites da modernidade e da modernização. Patrícia Vieira não aprofunda nesta direção, mas é possível ver que, nesse ambiente em que se gestava a pós-modernidade, novas utopias estavam sendo forjadas ou reinventadas. Assim, zumbis, aquecimento global, guerra nuclear, robôs assassinos, vírus destruidor ou de computador controlando o real seriam todas variações do mesmo tema: o resultado dos males da modernização e do mau caminho trilhado pela ciência moderna. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma ciência e modernização não deixaram de alimentar a fantasia de perfectibilidade que poderia ser alcançada por meio da ciência e da tecnologia. Resultado disso são os ciborgues – metade humanos, metade máquinas –, alimentos sintéticos, alteração genética para acabar com doenças ou prolongar a vida, robôs trabalhadores, scanners cirúrgicos, vida espacial, entre outros. Ou seja, utopias tecnológicas continuam povoando inúmeros textos de engenharia, medicina, ciências sociais, química, física e astronomia. Logo, utopias tradicionais continuam sendo gestadas em meio a essa atmosfera pós-moderna mesmo diante de um cenário e um imaginário distópicos. Ao lado disso, o meteoro fatal, o *tsunami* ou o terremoto apocalíptico em nossa época talvez possam ser traduções profanas de milenarismos antigos – ou seja, são pré- ou antimodernos. Eles expressam desígnios que estão fora da agência humana, alcançando os limites do sobrenatural e do divino. São, a seu modo, versões do juízo final atualizadas – de fenômenos alheios à vontade humana –, em sintonia com preocupações da agenda ambiental e climática contemporâneas, agora não mais sob o viés religioso, embora mantenha a mesma tópica de ordem moral (KERMODE, 2000, p. 93). Kermode, acertadamente, observa:

Tanto o pensamento utópico quanto o distópico pertenceriam, portanto, a uma longa linha de reflexões sobre a crise que anunciaría uma mudança dramática para melhor ou resultaria em um cenário do dia do juízo final (Apud VIEIRA, 2020, p. 356, tradução nossa).

Como se pode ver, os textos continuaram, durante todo o século XX, a impor-se de forma categórica sobre o real, procurando prescrever como ele deveria ser. As produções de sentidos e as interpretações se tornaram cada vez mais sofisticadas, ocupando o lugar das teorias e das explicações na análise dos dados empíricos. Alimentados por um referencial de dúvida eivado de subjetividade, esse gradiente psicológico ou humano alcançou até as *ciências duras*, biológicas ou exatas. E com ele um exponencial e explosivo conteúdo relativista.

A antiga autoridade, seja divina, seja do pensamento científico, passou a conviver com novos desafios lançados pelo pós-estruturalismo ou pela filosofia analítica que se insurgia contra as verdades (distópicas) do pensamento científico moderno? Provavelmente sim. Curiosamente tem-se agora um fenômeno curioso: a ciência pós-moderna humanizou-se, relativizando-se. O império da técnica, um dos sintomas do Antropoceno caminha nessa direção, sendo colocado à prova.

NEM SÓ DE TEXTOS SE CONSTROEM OS OLHARES SOBRE O REAL

Não resta dúvida de que existe um componente afetivo que informa as leituras e as representações sobre o real que alimentam a imaginação histórica humana ao longo do tempo. Esse ingrediente, responsável pela variedade de formas de significar o tempo, suas experiências e o mundo, se reflete nos textos produzidos. Assim, enquanto as utopias parecem caracterizar um sentimento de paz e otimismo que mantém o futuro aberto, as distopias duvidam que isso seja possível – a paz ou o otimismo –, expressando uma desconfiança radical não somente no futuro (que é encerrado), mas também no passado e no presente (que se tornam abertos). Estas distopias tanto podem ser niilistas como podem expressar centelhas de esperança, acreditando que somente uma revolução ou um evento de proporções heroicas seria capaz de resolver.

Esse sentimento e essa postura diante do mundo e da temporalidade informam o imaginário histórico, ao qual se inserem a produção e o uso de *tropos* fundamentais que engendram a construção das narrativas utópicas ou distópicas. Nesse sentido, as utopias são estruturadas em grande medida a partir de estruturas românticas ou cômicas de enredo, – cheias de metáforas e sinédoques –, ao passo que as distopias são, invariavelmente, estruturadas a partir da tragédia, servindo-se da metonímia como um tropo metafórico fundamental. Nas utopias predomina uma imagem social bastante conservadora e uma argumentação formalista por parte do autor. Nas distopias o mundo é retratado de forma radical e a argumentação é bastante mecanicista (WHITE, 1995, p. 41; FRYE, 2014). O uso invariavelmente inconsciente destes modos de narrar expressa um sentimento muitas vezes profundo de encarar a vida vinculado a imaginários coletivos poderosos (FRYE, 2014, p. 26). A forma como os autores constituem suas histórias, portanto, se vincula inevitavelmente a estes protocolos linguístico-literários, que consciente ou inconscientemente, determina-as em sintonia com uma imaginação histórica particular.

Esse sentimento diante da existência e do tempo – em particular do futuro – que informa a imaginação histórica e os tropos possíveis emulados a partir dela, interfere nos sentidos e no próprio modo de representar o real. Antes, os temores e as dúvidas eram resolvidos a partir da crença nas divindades, depois da tecnologia, da razão, das ciências, em suma, dos textos. Ou seja, concordando com Patrícia Vieira, um

dos efeitos colaterais da modernidade seria o advento do secularismo: a humanidade agora assumiu o papel da divindade como criadora e destruidora da vida. E se tornou responsável por tudo que era ou podia ser resolvido ou não. Todo o destino estava em suas mãos. Mas, a magia ou a religião não desapareceram a despeito disso. *Pari passu* seguia o entendimento crescente de que nem todos os homens eram responsáveis pelos males do mundo. O caminho de descrença em relação aos deuses, à tecnologia e aos homens levaria inevitavelmente à suspeição da escrita. A despeito disso, para os utópicos, ainda há solução para tudo e ela vem da ciência ou da religião – ainda hoje. Para os antimodernos e para alguns pós-modernos não há solução para tudo e grande parte dos problemas foi criada pelo próprio homem e é só uma questão de tempo para que tudo chegue a um desfecho fatal. Mas há um grupo de pós-modernos que não se incomoda em produzir novas utopias científicas ou escatológicas no presente. Nesta direção, a autora sublinha que a possível extinção da humanidade é algo que tem unido tanto otimistas utópicos quanto pessimistas distópicos no presente. Crise ambiental e climática, crise econômica, crescimento populacional, belicismo, fome seriam ameaças, identificadas por alguns autores como Slavoj Žižek (2010), Mark Featherstone (2017), Dipesh Chakrabarty (2008) ou Antonio Negri (2003), por exemplo, capazes de eliminar grandes contingentes humanos, quiçá toda a humanidade. Mas, como aponta a autora, enquanto utópicos creem que isso será evitado pelo cumprimento da agenda moderna, alguns pós-modernos positivos acham que isso poderá ser evitado pela ação heroica salvadora do ativismo coletivo, e outros, negativos, acreditam que o fim virá, tragicamente.

Como indica Paula Vieira, a partir da obra de Margaret Atwood, a rejeição à modernidade ganhou adeptos ainda mais radicais, que vão ao encontro das reflexões contemporâneas sobre o Antropoceno, que desejam o fim da humanidade como uma forma de preservar outras espécies e o próprio planeta Terra em um futuro idílico, que assim seguiria um curso natural, interrompendo os males causados pelo homem (BOWEN, 2017). Para a autora, seria uma utopia sem humanos, ou seja, que aceitou a falência do projeto moderno e que precisaria eliminar a humanidade. Como se fosse uma paradoxal utopia distópica. Considerando os seres humanos “não como indivíduos racionais, plenamente capazes de determinar todos os aspectos de suas vidas, mas como uma espécie que não é isolada de seu entorno” e que colocou em risco a vida do planeta (VIEIRA, 2020, p. 361, tradução nossa). Seu extermínio, portanto, seria um novo e radical tipo de utopia, pois, garantiria a existência do planeta Terra, tema retratado pela trilogia de Margaret Atwood. Esta representação distópica realiza um feito considerável. De um lado ao imaginar que o mundo sem a humanidade seria melhor, de outro, ao mostrar que essa expectativa, na esteira da imaginação moderna e mesmo pós-moderna, continua sendo um alerta e, quase, uma maldição.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. *MaddAddam*. New York: Nan A. Talese/ Doubleday, 2013.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* (ed.). *Anthropos-homem*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BENTIVOGLIO, Julio *et al.* (org.). *Distopia, literatura e história*. Vitória: Milfontes, 2017.

BENTIVOGLIO, Julio et al. (org.). *Distopia, literatura e história*. v. 2. Vitória: Milfontes, 2018.

BENTIVOGLIO, Julio. *História & distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21*. Vitória: Milfontes, 2017.

BOWEN, Deborah. Ecological endings and eschatology: Margaret Atwood's post-apocalyptic fiction. *Christianity and Literature*, Seattle, v. 66, n. 4, p. 691-705, 2017.

BRITO, Thiago Vieira de. Temporalidades distópicas ou distopias temporais? Um problema para os historiadores. In: BENTIVOGLIO, Julio et al. (org.). *Distopia, literatura e história*. Vitória: Milfontes, 2017. p. 11-32.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, p. 197-222, 2008.

CLAEYS, Gregory. *Dystopia: a natural history: a study of modern despotism, its antecedents, and its literary diffractions*. New York: Oxford University Press, 2017.

FEATHERSTONE, Mark. *Planet utopia: utopia, dystopia and globalization*. London: Routledge, 2017.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. São Paulo: Realizações Editora, 2014.

GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan. Introduction: utopia and dystopia beyond space and time. In: GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (ed.). *Utopia/dystopia: conditions of historical possibility*. Princeton: Princeton University Press, 2010. p. 1-18.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2014.

KERMODE, Frank. *The sense of an ending: studies in the theory of fiction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUCRio, 2006.

KUMAR, Krishan. Utopia's shadow. In: VIEIRA, Fátima (ed). *Dystopia(n) matters: on the page, on screen, on stage*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 19-23.

MOYLAN, Tom. *Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia*. Boulder: Westview Press, 2000.

NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. New York: Continuum, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. Campinas: Papirus, 2012.

VIEIRA, Patrícia. Realidade e ficção das sensibilidades e da imaginação distópica na crise do Antropoceno. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 350-365, set./dez. 2020.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 95-105.

ŽIŽEK, Slavoj. *Living in the end times*. London and New York: Verso, 2010.

NOTAS

AUTORIA

Julio Bentivoglio: Doutor. Professor associado, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Fernando Ferrar, s.n., 2075-710, Vitória, ES, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo extraído do projeto de pesquisa institucional intitulado "História, Distopia e Literatura" vinculado ao Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (Lethis) do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (2016-2020).

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Valdei Araujo, Marcelo Rangel e Thiago Brito pelas discussões preliminares que auxiliaram no desenvolvimento deste estudo.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de abril de 2020

Aprovado em: 25 de julho de 2020

Como citar: BENTIVOGLIO, Julio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, set./dez. 2020.